EAFERJ ESCOLA DE ARBITRAGEM | FERJ

# PROTOCOLO VAR

2026/2027




Profº PAULO RENATO COELHO

# MANUAL DO VAR

## PROTOCOLO DO ÁRBITRO ASSISTENTE DE VÍDEO

### 1. Princípios

O Protocolo do Árbitro Assistente de Vídeo (VAR) está alinhado, na medida do possível, aos princípios e à filosofia das Regras do Jogo.

A utilização do VAR em partidas somente será permitida quando o organizador da partida ou da competição cumprir todos os requisitos de implementação descritos no Manual do VAR e tiver recebido autorização por escrito da FIFA.

### Princípios

A atuação do VAR em partidas de futebol baseia-se em uma série de princípios que deverão ser aplicados integralmente em todas as partidas em que houver sua participação, exceto nos casos de cobranças de escanteio concedidas de maneira claramente equivocada. Consulte o item e da seção 2, “Decisões e incidentes que podem ser revisados”.

O árbitro assistente de vídeo (VAR) é um membro da equipe de arbitragem que possui acesso independente às imagens da transmissão da partida. O VAR pode auxiliar o árbitro somente quando ocorrer um “erro claro, óbvio e manifesto” ou um “incidente grave não percebido”, relacionado a:

a. gol/não gol;

b. pênalti/não pênalti;

c. cartão vermelho, incluindo um segundo cartão amarelo/advertência claramente incorreto;

d. confusão de identidade, quando o árbitro advertir ou expulsar o jogador errado.

O árbitro deverá sempre tomar uma decisão. Ou seja, não poderá deixar de decidir sobre um lance para, posteriormente, recorrer ao VAR para que este tome a decisão. A decisão de permitir que o jogo prossiga após uma suposta infração poderá ser revisada.

A decisão inicial tomada pelo árbitro não será modificada, a menos que a revisão do lance demonstre claramente que houve um erro claro, óbvio e manifesto.

Somente o árbitro poderá iniciar uma revisão. O VAR e os demais membros da equipe de arbitragem poderão apenas recomendar que ela seja realizada.

A decisão final será sempre do árbitro, seja com base nas informações fornecidas pelo VAR, seja após realizar uma revisão no campo de jogo.

Não há limite de tempo para o processo de revisão, pois a precisão é mais importante do que a rapidez.

Os jogadores e os membros da comissão técnica não deverão cercar o árbitro nem tentar influenciar sua decisão de revisar um lance, o próprio processo de revisão ou a decisão final.

O árbitro deverá permanecer visível durante o processo de revisão, a fim de garantir a transparência.

Se o jogo prosseguir após um incidente que seja posteriormente revisado, nenhuma medida disciplinar aplicada ou exigida em decorrência do incidente será anulada, mesmo que a decisão inicial seja modificada. A exceção ocorre quando houver advertência ou expulsão por interromper um ataque promissor ou impedir uma clara oportunidade de gol.

Se o jogo for reiniciado após ter sido interrompido, o árbitro não poderá realizar uma revisão, exceto nos casos de confusão de identidade ou diante de uma possível infração passível de expulsão por conduta violenta, cuspir, morder ou agir de maneira extremamente ofensiva, insultuosa ou humilhante.

O período de jogo que poderá ser revisado antes e depois de um incidente é determinado pelas Regras do Jogo e pelo Protocolo do VAR.

Como o VAR verifica automaticamente todas as situações e decisões, não é necessário que treinadores ou jogadores solicitem uma revisão.

2. Decisões ou incidentes que podem ser revisados durante uma partida

O árbitro somente poderá receber assistência do VAR em cinco categorias de decisões ou incidentes.

Em todas essas situações, o VAR somente poderá intervir depois que o árbitro tiver tomado uma decisão — a primeira decisão ou decisão inicial — incluindo a decisão de permitir que o jogo prossiga, ou quando a equipe de arbitragem não tiver visto um incidente grave ou este tiver passado despercebido.

A decisão inicial do árbitro não será modificada, exceto quando houver um “erro claro, óbvio e manifesto”, o que também inclui qualquer decisão tomada pelo

árbitro com base nas informações de outro membro da equipe de arbitragem, como no caso de um impedimento.

A seguir, estão as categorias de decisões ou incidentes que podem ser revisados quando houver um possível erro claro, óbvio e manifesto ou um incidente grave não percebido.

a. Gol/não gol

Infração cometida pela equipe atacante na jogada que originou o gol ou no momento da marcação do gol, como mão, falta, impedimento etc.

Bola fora de jogo antes da marcação do gol.

Decisões relativas à validação ou não validação de um gol.

Infração cometida pelo goleiro ou pelo cobrador durante a execução de um pênalti, ou invasão de um atacante ou defensor que participe diretamente da jogada quando a cobrança de pênalti resultar em rebote na trave, no travessão ou no goleiro.

b. Pênalti/não pênalti

Infração cometida pela equipe atacante na jogada que originou o incidente passível de pênalti, como mão, falta, impedimento etc.

Bola fora de jogo antes do incidente.

Localização da infração: dentro ou fora da área penal.

Marcação equivocada de um pênalti.

Infração passível de pênalti que não tenha sido marcada.

c. Cartão vermelho

Impedir uma clara oportunidade de gol (especialmente a localização da falta e a posição dos demais jogadores).

Jogo brusco grave ou entrada com força excessiva.

Conduta violenta, morder ou cuspir em outra pessoa.

Conduta ofensiva, insultuosa ou humilhante.

Segundo cartão amarelo claramente incorreto.

d. Confusão de identidade (cartão vermelho ou amarelo)

Se o árbitro punir uma infração, mas confundir claramente a identidade do jogador que a cometeu, somente a identidade do infrator poderá ser revisada.

e. Tiro de canto concedido de maneira claramente equivocada

A revisão será possível desde que a decisão possa ser modificada imediatamente, sem atrasar o reinício do jogo. Essa possibilidade é opcional e depende da adoção pela competição.

3. Aspectos práticos

A atuação do VAR durante uma partida envolve os seguintes aspectos práticos:

O VAR acompanhará a partida na sala de vídeo, com o auxílio de um ou mais árbitros assistentes de vídeo (AVAR).

Dependendo do número de câmeras e de outras considerações, poderá haver mais de um AVAR e um ou mais técnicos de replay.

Durante a partida, somente pessoas autorizadas poderão entrar na sala de vídeo ou se comunicar com o VAR, o AVAR ou o técnico de replay.

O VAR terá acesso independente às repetições das imagens da transmissão televisiva e controle sobre essas imagens.

O VAR estará conectado ao sistema de comunicação utilizado pela equipe de arbitragem e terá acesso a tudo o que for dito nesse sistema. Para falar com o árbitro, o VAR deverá pressionar previamente um botão, evitando que o árbitro se distraia com as conversas mantidas na sala de vídeo.

Se o VAR estiver realizando uma checagem ou revisão, o AVAR poderá falar com o árbitro, especialmente quando for necessário interromper o jogo ou impedir que ele seja reiniciado.

Se o árbitro decidir assistir a uma repetição em vídeo, o VAR selecionará o ângulo e a velocidade mais adequados. O árbitro poderá solicitar outros ângulos ou velocidades, alternativos ou adicionais.

4. Procedimentos

4.1. Decisão inicial

O árbitro e os demais membros da equipe de arbitragem deverão sempre tomar uma decisão inicial, incluindo as possíveis sanções disciplinares, como se não houvesse VAR, exceto quando um incidente passar despercebido.

O árbitro e os demais membros da equipe de arbitragem não estarão autorizados a deixar de tomar uma decisão, pois isso conduziria a uma arbitragem fraca ou indecisa, a um número excessivo de revisões e a problemas significativos caso ocorresse uma falha tecnológica.

O árbitro é a única pessoa que pode tomar a decisão final. O VAR possui o mesmo status dos demais membros da equipe de arbitragem e pode apenas prestar assistência ao árbitro.

Somente será permitido atrasar a sinalização de uma infração com a bandeira ou o apito em situações de ataque muito claras, nas quais um jogador esteja prestes a marcar um gol ou tenha caminho livre em direção à área penal da equipe adversária.

Se o árbitro assistente não levantar a bandeira para atrasar a sinalização de uma infração, deverá levantá-la posteriormente nos seguintes casos:

Se a equipe atacante marcar um gol.

Se a equipe atacante receber um pênalti, tiro livre, tiro de canto ou arremesso lateral.

Se a equipe atacante mantiver a posse de bola após o término do ataque inicial.

Nas demais situações, o árbitro assistente decidirá se deverá levantar ou não a bandeira, de acordo com as circunstâncias do jogo.

4.2. Checagem

O VAR verificará automaticamente as imagens da transmissão televisiva para identificar decisões ou incidentes — reais ou potenciais — relacionados a gols, pênaltis, cartões vermelhos diretos e casos de confusão de identidade, utilizando diferentes ângulos e velocidades de reprodução.

O VAR poderá verificar as imagens em velocidade normal ou em câmera lenta. Entretanto, em geral, as repetições em câmera lenta deverão se limitar à análise de fatos, como:

A localização de uma infração ou a posição de um jogador.

O ponto de contato em infrações de natureza física e em lances de mão na bola.

A situação da bola fora de jogo, incluindo a decisão de gol/não gol.

A velocidade normal deverá ser utilizada para avaliar a intensidade de uma infração ou determinar se houve uma infração por mão na bola.

Se a checagem não indicar um erro claro, óbvio e manifesto nem um incidente grave não percebido, geralmente não será necessário que o VAR se comunique com o árbitro. Esse procedimento é denominado checagem silenciosa.

Entretanto, a confirmação do VAR de que não ocorreu um erro claro, óbvio e manifesto nem um incidente grave não percebido poderá ajudar o árbitro ou o árbitro assistente a controlar os jogadores e a partida.

Se for necessário atrasar o reinício do jogo para realizar uma checagem, o árbitro deverá sinalizar claramente, apontando um dedo para o auricular e estendendo a outra mão ou o outro braço.

Esse sinal deverá ser mantido até a conclusão da checagem, pois comunica que o árbitro está recebendo informações do VAR ou de outro membro da equipe de arbitragem.

Se a checagem indicar que provavelmente ocorreu um erro claro, óbvio e manifesto ou um incidente grave não percebido, o VAR comunicará a informação ao árbitro, que decidirá se iniciará ou não a revisão do lance.

4.3. Revisão

O árbitro poderá iniciar a revisão de um possível erro claro, óbvio e manifesto ou de um incidente grave não percebido nas seguintes situações:

Quando o VAR ou outro membro da equipe de arbitragem recomendar uma revisão.

Quando o próprio árbitro suspeitar que algo grave possa ter passado despercebido.

Se o jogo já estiver interrompido, o árbitro deverá adiar o reinício.

Se o jogo não estiver interrompido, o árbitro deverá pará-lo assim que a bola estiver em uma zona ou situação neutra, normalmente quando nenhuma das equipes estiver atacando. Em seguida, deverá realizar o sinal da televisão.

O VAR descreverá ao árbitro o que é possível observar nas imagens televisivas. Depois disso, o árbitro deverá:

Opção 1 — Revisão no campo de jogo (OFR):

Realizar o sinal da televisão, caso ainda não o tenha feito, e dirigir-se à área de revisão para assistir às imagens captadas pelas câmeras antes de tomar a decisão final.

Os demais membros da equipe de arbitragem não revisarão as imagens, exceto quando o árbitro solicitar isso em circunstâncias excepcionais.

Opção 2 — Revisão baseada exclusivamente no VAR:

Tomar a decisão final com base em sua própria percepção e nas informações fornecidas pelo VAR e, quando apropriado, por outros membros da equipe de arbitragem.

Ao término de qualquer um dos dois procedimentos de revisão, o árbitro deverá realizar o sinal da televisão e tomar imediatamente a decisão final.

Quando utilizar cada tipo de revisão

Para decisões subjetivas, como a intensidade de uma falta em uma disputa, a interferência em um impedimento ou a avaliação de uma infração por mão na bola, é apropriado realizar uma revisão no campo de jogo.

A revisão baseada exclusivamente no VAR costuma ser apropriada para decisões objetivas, como:

O local em que ocorreu uma infração.

A posição de um jogador, em situações de impedimento.

O ponto de contato em um lance de mão na bola ou de falta.

A localização da infração, dentro ou fora da área penal.

A situação da bola fora de jogo.

Entretanto, uma revisão no campo de jogo também poderá ser indicada para esse mesmo tipo de decisão quando contribuir para controlar os jogadores, administrar a partida ou facilitar a aceitação da decisão, como em uma decisão crucial na fase final do jogo.

O árbitro poderá solicitar diferentes ângulos ou velocidades de reprodução. Em geral, as repetições em câmera lenta deverão se limitar à análise de fatos, como a localização de uma infração ou de um jogador, o ponto de contato em infrações físicas e de mão na bola e a situação da bola fora de jogo, incluindo a decisão de gol/não gol.

A velocidade normal deverá ser utilizada para avaliar a intensidade de uma infração ou determinar se houve infração por mão na bola.

Revisão da fase de ataque

As decisões ou os incidentes relacionados à marcação de gols, à concessão de pênaltis e aos cartões vermelhos por impedir uma clara oportunidade de gol poderão exigir a revisão da fase de ataque que originou a decisão ou o incidente.

Essa revisão também poderá incluir a análise da maneira como a equipe atacante ganhou a posse de bola com ela em jogo, desde que isso tenha ocorrido durante o desenvolvimento da jogada e não em uma situação de reinício.

Limitações após o reinício do jogo

As Regras do Jogo não permitem modificar decisões relativas ao reinício do jogo — como tiros de canto, arremessos laterais etc. — depois que o jogo tiver sido reiniciado. Portanto, essas decisões não poderão ser revisadas após o reinício.

Se o jogo for reiniciado depois de ter sido interrompido, o árbitro somente poderá realizar uma revisão e aplicar as medidas disciplinares correspondentes nos seguintes casos:

Confusão de identidade.

Possível infração passível de expulsão por conduta violenta.

Cuspir ou morder outra pessoa.

Conduta extremamente ofensiva, insultuosa ou humilhante.

A revisão deverá ser realizada com a maior eficiência possível. Entretanto, a precisão da decisão final deverá prevalecer sobre a rapidez.

Por esse motivo, e considerando que algumas situações são complexas e envolvem várias decisões ou incidentes passíveis de revisão, não existe um tempo máximo estabelecido para o processo.

4.4. Decisão final

Ao término do processo de revisão, o árbitro deverá realizar o sinal da televisão e, em seguida, comunicar sua decisão final.

As competições também poderão implementar um sistema no qual o árbitro explique e anuncie publicamente as decisões após uma revisão ou uma checagem prolongada do VAR, conforme estabelecido nas diretrizes da FIFA e no Manual do VAR.

Nesse momento, o árbitro deverá aplicar, modificar ou anular a sanção disciplinar e reiniciar o jogo de acordo com as Regras do Jogo.

### 4.5. Jogadores, reservas e comissão técnica

Como o VAR verifica automaticamente todas as situações e decisões, não é necessário que treinadores ou jogadores solicitem uma checagem ou revisão.

Os jogadores, os reservas e os membros da comissão técnica não deverão tentar influenciar ou interferir no processo de revisão, incluindo o momento em que a decisão final for comunicada.

Durante o processo de revisão:

Os jogadores deverão permanecer no campo de jogo.

Os reservas e os membros da comissão técnica deverão permanecer fora do campo de jogo.

Serão advertidos com cartão amarelo os jogadores, reservas, jogadores substituídos ou membros da comissão técnica que:

Realizarem de maneira exagerada o sinal da televisão.

Entrarem na área de revisão.

Serão expulsos os jogadores, reservas, jogadores substituídos ou membros da comissão técnica que entrarem na sala de vídeo.

### 4.6. Validade da partida

Como regra geral, uma partida não será invalidada pelos seguintes motivos:

Falhas no funcionamento da tecnologia do VAR, assim como ocorre com a tecnologia de detecção automática de gols (DAG).

Decisões equivocadas nas quais o VAR tenha participado, uma vez que o VAR integra a equipe de arbitragem.

Decisões de não revisar um incidente.

Revisões de situações ou decisões que não sejam passíveis de revisão.

4.7. VAR, AVAR ou técnicos de replay impossibilitados de exercer suas funções

A Regra 6 — Os outros membros da equipe de arbitragem — estabelece:

“O regulamento da competição deverá determinar claramente quem substituirá um membro da equipe de arbitragem que não puder iniciar ou continuar suas funções, bem como qualquer alteração relacionada a essa substituição.”

Nas partidas com VAR, essa disposição também se aplica aos técnicos de replay.

Para integrar a equipe de arbitragem de vídeo ou atuar como técnico de replay, é necessário possuir formação e qualificação específicas.

Portanto, os seguintes princípios deverão constar no regulamento da competição:

1. Substituição por profissional qualificado

Somente pessoas com a qualificação necessária poderão substituir um VAR, AVAR ou técnico de replay que não puder iniciar ou continuar suas funções.

2. Impossibilidade de substituir o VAR ou o técnico de replay

Se não houver um substituto qualificado disponível para o VAR ou para o técnico de replay em questão, a partida deverá ser disputada ou continuada sem a utilização do sistema VAR.

3. Impossibilidade de substituir o AVAR

Se não houver um substituto qualificado disponível para o AVAR em questão, a partida deverá ser disputada ou continuada sem a utilização do sistema VAR, exceto se, em circunstâncias excepcionais, ambas as equipes concordarem por escrito em disputar ou continuar a partida apenas com o VAR e o técnico de replay.

Observação: essa regra não se aplica quando houver vários AVARs ou técnicos de replay disponíveis.